

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SÁBADO, 29 DE JANEIRO DE 2022

NÚMERO 21502 • 26 PÁGINAS • R\$ 3,00

A MAGIA dos Quadrinhos



Produção de HQs em Brasília ganha força. Artistas da cidade celebram o dia nacional em comemoração a essa arte, neste domingo. Eventos e feiras na cidade vão marcar a data e promover o encontro entre fãs e autores no fim de semana. PÁGINA 22

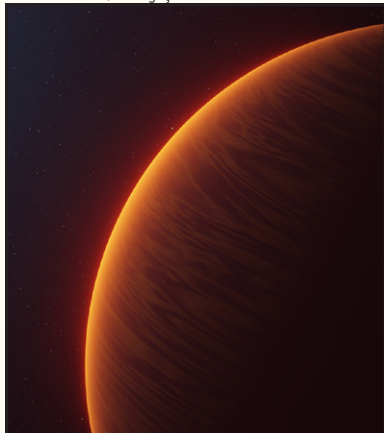
Eduardo Fernandes/CB/D.A. Press



R\$ 36 milhões para mudar vidas

Domingo Rodrigues joga na loteria pelo menos duas vezes por semana. O sonho dele é comprar casas para os familiares. A Mega-Sena de hoje, com sorteio às 20h, pode transformar o desejo em realidade. PÁGINA 19

Bibiana Prinoth/Divulgação



Longe dos olhos, perto da ciência

Exoplaneta a 322 anos-luz da Terra, o WASP-189b virou alvo de interesse de cientistas. Com temperaturas de 3,2 mil graus Celsius, a atmosfera do corpo celestial tem camadas distintas. Descoberta pode ajudar a desvendar mistérios de diversos astros do Universo. PÁGINA 12

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Passaporte tem aprovação da comunidade

Reitora da UnB, Márcia Abrahão defendeu ontem a obrigatoriedade de vacinação para entrada nos prédios dos campi, aprovada nesta semana. Ao *CB.Poder*, ela falou sobre orçamento, projetos e os 60 anos da universidade.

Anvisa autoriza autoexame para detecção da covid-19

Redes Sociais/Reprodução



Exigência de vacina faz chefe da medicina da UnB deixar o cargo

Selma Kuckelhaus, coordenadora de graduação, pediu demissão após a aprovação do passaporte. Ela, no entanto, disse que não é negacionista.

PÁGINAS 6, 13 E 14

Bolsonaro, diz PF, cometeu crime ao vazar inquérito

Acesse nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

Intimado pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, a prestar depoimento na Polícia Federal, ontem, Jair Bolsonaro não compareceu à oitiva, abrindo nova crise entre os poderes Executivo e Judiciário. A Advocacia-Geral da União apresentou agravo regimental requerendo o adiamento do interrogatório, mas Moraes indeferiu o pedido.

Em relatório enviado ao Supremo, a delegada responsável pela investigação, Denisse Ribeiro, afirma que o presidente da República teve "atuação direta" na divulgação de informações sigilosas sobre o inquérito que apura ataque hacker, em 2018, ao Superior Tribunal Eleitoral. E aponta infração dos artigos 325 e 327, do Código Penal, que

versam sobre utilizar o cargo que ocupa para revelar fatos em sigilo ou ter acesso a documentos restritos, crime que pode resultar em pena de até dois anos de reclusão. Encaminhado ao STF em novembro, o documento da PF foi tornado público ontem, após Moraes, relator do caso, determinar a retirada do sigilo do inquérito.

PÁGINAS 2 E 3

Carlos Vieira/CB/D.A. Press



Bom para o bolso e para a saúde

Portador de um problema de pele desde a infância, Odilson aprendeu a produzir sabonetes que ajudam no tratamento da doença. Com ajuda da mulher, Maristela, a atividade cresceu e gera renda. Ele dá cursos sobre sua técnica. PÁGINA 17

Desemprego recua; e renda volta a cair

Taxa de pessoas fora do mercado de trabalho caiu para 11,6% no trimestre encerrado em novembro, o menor desde o início da pandemia. Mas ainda há 12,4 milhões de pessoas sem emprego. Além disso, a renda média desabou para R\$ 2.449, a menor da série histórica iniciada em 2012. PÁGINA 7

Consultoria

Moro abre contas e desafia Lula

Ex-juiz divulga ganhos em empresa americana e pede que petista e Bolsonaro também abram contas. PÁGINA 4

Entrevista

PSol vê Alckmim como problema

Presidente da sigla, Juliano Medeiros avalia que o ex-governador não é um bom nome para vice de Lula. PÁGINA 4

Brasil teve 140 trans assassinados em 2021

PÁGINA 6

Ana Maria Campos

O xadrez das alianças para indicar um nome ao Buriti. PÁGINA 14

Denise Rothenburg

Para aliados, Moraes pode deixar Bolsonaro ineleável. PÁGINA 5

Silvio Queiroz

Rússia x Ucrânia: Brasil pode ter que se posicionar na ONU. PÁGINA 9

Carlos Alexandre de Souza

Ano que promete fortes emoções, 2022 apenas começou. PÁGINA 3



9 771808 266073

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

**Faça parte do nosso grupo
exclusivo no Telegram!**



@Jornaisbrasil

**JORNAIS
BRASIL**



Jornais e Revistas do Brasil acesse <https://t.me/Jornaisbrasil>

Acesse também <https://t.me/Brasilrevistas>



PODER

PF aponta indícios de crime de Bolsonaro

Em relatório ao STF, delegada afirma que presidente teve “atuação direta” na divulgação de informações sigilosas a respeito do inquérito de ataque hacker ao TSE. Chefe do Executivo desobedece Corte e não comparece a depoimento sobre o caso

» INGRID SOARES
» CRISTIANE NOBERTO

A Polícia Federal afirmou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o presidente Jair Bolsonaro teve “atuação direta, voluntária e consciente” na divulgação de informações sigilosas a respeito da investigação sobre a invasão ao sistema interno do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2018. No documento enviado à Corte, a delegada responsável pela apuração, Denisse Dias Rosas Ribeiro, apontou a prática de crime de violação de sigilo funcional. O chefe do Executivo foi intimado a depor no caso, mas desobedeceu determinação do STF e não compareceu à oitiva marcada para ontem na sede da corporação em Brasília.

O relatório da PF foi enviado ao Supremo em novembro e tornado público, ontem, após o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, decidir pela rejeição do sigilo do inquérito. No documento, Denisse Ribeiro sustentou que não indiciou Bolsonaro nem o deputado Filipe Barros (PSL-PR) — que participou da transmissão em rede social em que foram divulgados os detalhes sigilosos da investigação (**leia Entenda o caso**) — por se tratarem de autoridades com foro privilegiado.

“Deixo, entretanto, de promover o indiciamento de ambos em respeito ao posicionamento de parte dos excelentíssimos ministros do Supremo Tribunal Federal, que preconiza que pessoas com foro por prerrogativa de função na egrégia Corte só podem ser indiciadas mediante prévia autorização”, enfatizou a delegada no relatório.

É a primeira vez que a PF acusa Bolsonaro. Denisse Ribeiro o enquadrava nos artigos 325 e 327, do Código Penal, que versam sobre utilizar o cargo que ocupa para revelar fatos em sigilo ou ter acesso a documentos restritos. O dispositivo ainda prevê multa e pena de seis meses a dois anos, podendo ser aumentada em virtude do cargo que ocupa. A delegada frisou haver materialidade do crime, “configurada por meio da realização da própria live e dos links de disponibilização do material”.

Ainda no documento, a delegada apontou que o depoimento de Bolsonaro é “medida necessária para prosseguir no processo” e informou que há indícios de crime, também, na conduta do tenente-coronel Mauro César Barbosa Cid — ajudante de ordens do presidente e um dos participantes da live.

Denisse Ribeiro destacou os ataques de Bolsonaro ao sistema eleitoral do país e apontou “similaridade no modo de agir” do presidente. De acordo com ela, o crime em apuração provocou “dano à credibilidade do sistema eleitoral brasileiro, com prejuízo à imagem do Tribunal Superior Eleitoral e à administração pública”.

2 ANOS

Pena máxima prevista para o crime de violação de sigilo funcional

Ausência

Bolsonaro passou a manhã de ontem reunido com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, e com o advogado-geral da União (AGU), Bruno Bianco, para avaliar estratégias a adotar no caso. Pouco depois do meio-dia, a interlocutores palacianos, o presidente já havia avisado que faltaria a oitiva. Aliados, afirmou que lhe é oferecido “tratamento humilhante”, “pior do que o dispensado a um traficante”.

No lugar de Bolsonaro quem compareceu à PF foi Bianco. Ele entregou nas mãos da delegada uma cópia do agravo regimental que apresentou ao Supremo para que o presidente não depoe a aos agentes até que o plenário da Corte julgue a decisão de Moraes.

A iniciativa da AGU, no entanto, foi rejeitada pelo ministro do Supremo. Ele justificou tratar-se de “recurso manifestamente intempestivo por preclusão temporal e lógica”, uma vez que o órgão o protocolou faltando 11 minutos para o horário estabelecido para o depoimento do chefe do Executivo.

Moraes relatou que, em 29 de novembro, concedeu 15 dias para o presidente falar com os agentes, entretanto, próximo ao vencimento do prazo em dezembro, a AGU encaminhou ação para que o depoimento fosse adiado por mais 45 dias (totalizando 60 dias de adiamento desde 29 de novembro). O magistrado lembrou ainda que, em dezembro, ao conceder mais 45 dias ao presidente, Bolsonaro havia aceitado depor.

“No ponto, convém lembrar — diferentemente do que, estranhamente alegado pela AGU no presente agravo — que, ao formular o pedido de dilação do prazo para a sua oitiva, o presidente concordou expressamente com seu depoimento pessoal e restou acentuado que: ‘o senhor presidente da República, em homenagem aos princípios da cooperação e boa-fé processuais, atenderá ao contido no Ofício nº 536307/2021-SR/PF/DF’, concluiu, reiterando que o presidente deve **comparecer à oitiva**. O magistrado não fixou, porém, nova data para o depoimento.

Promessa

O depoimento do presidente Jair Bolsonaro à Polícia Federal desperta os ânimos do governo porque essa será a primeira vez em que o chefe do Executivo será confrontado com a promessa que fez a milhares de apoiadores durante as manifestações antidemocráticas de 7 de setembro do ano passado. Na ocasião, ele disse que não cumpriria, a partir daquele momento, decisões judiciais proferidas pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

Sergio Lima / AFP



Segundo a PF, a materialidade do crime imposto a Bolsonaro está configurada por meio da realização da própria live e de links

Divulgação

Além disso, identifica-se similaridade no modo de agir de JAIR MESSIAS BOLSONARO com a conduta esclarecida no PET nº 9842 (live presidencial do dia 29/07/2021). Deixo, entretanto de promover o indiciamento de ambos em respeito ao posicionamento de parte dos Excelentíssimos Ministros do Supremo Tribunal Federal, que preconiza que pessoas com foro por prerrogativa de função na Egrégia Corte só podem ser indiciadas mediante prévia autorização.

7. Feitas essas considerações é possível afirmar que a hipótese criminal inicialmente apresentada, apesar de provisória, mantém-se hígida, pois o conjunto colhido aponta para a autoria da divulgação indevida (FILIPE BARROS, MAURO CID e JAIR MESSIAS BOLSONARO). Da mesma forma, a materialidade está configurada por meio da realização da própria live e dos links de disponibilização do material, situação que também não foi negada pelas pessoas ouvidas. Quanto às circunstâncias, que poderão ser aprofundadas em relatório final, vislumbra-se a ocorrência de dano à credibilidade do sistema eleitoral brasileiro, com prejuízo à imagem do Tribunal Superior Eleitoral e à administração pública. Da mesma forma, houve exposição de investigação em curso para fins destoantes dos indicados no pedido de acesso formulado pelo parlamentar à autoridade policial presidente.

10. Os elementos colhidos apontam também para a atuação direta, voluntária e consciente de FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO e de JAIR MESSIAS BOLSONARO na prática do crime previsto no artigo 325, §2º, c/c 327, §2º, do Código Penal brasileiro, considerando que, na condição de funcionários públicos, revelaram conteúdo de inquérito policial que deveria permanecer em segredo até o fim das diligências (Súmula nº 14 do STF).

Trechos do relatório da Polícia Federal enviado ao Supremo em novembro

Entenda o caso

Documentos sigilosos
O inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o presidente Jair Bolsonaro foi instaurado em agosto do ano passado, logo após o chefe do Executivo divulgar informações sigilosas de investigação da Polícia Federal sobre denúncias de invasão ao sistema interno do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2018. Na ocasião, em live, Bolsonaro e o deputado Filipe Barros (PSL-PR) deram informações sobre o inquérito e depois publicaram o documento nos seus perfis nas redes sociais. De acordo com os dois, os sistemas digitais do TSE teriam sido alvo de invasão entre abril e novembro de 2018. Eles garantiram que, nesse período, o hacker teve acesso ao código-fonte das urnas eletrônicas.

Reação do TSE
No dia seguinte, o TSE reagiu às denúncias. A Corte afirmou que “o acesso indevido, objeto de investigação, não representou qualquer risco à integridade das eleições de 2018”. “Isso porque o código-fonte dos programas utilizados passa por sucessivas verificações e testes, aptos a identificar qualquer alteração ou manipulação. Nada de anormal ocorreu”, informou. Também conforme comunicado do tribunal, à época, a PF foi acionada para apurar os fatos. “A investigação corre de forma sigilosa, e nunca se comunicou ao TSE qualquer elemento indicativo de fraude”, destacou

a Corte. Segundo enfatizou, “as urnas eletrônicas jamais entram em rede”. “Por não serem conectadas à internet, não são passíveis de acesso remoto, o que impede qualquer tipo de interferência externa no processo de votação e de apuração.”

Abertura de inquérito
Após rebater Bolsonaro, o TSE pediu ao STF a abertura do inquérito contra o presidente, apontando a possibilidade de ele ter cometido crimes previstos no artigo 153 do Código Penal, que proíbe a divulgação, sem justa causa, de informações sigilosas ou reservadas, assim definidas em lei, contidas ou não nos sistemas de informações ou banco de dados da administração pública. A pena prevista é de um a quatro anos de prisão. Moraes atendeu ao TSE e abriu o inquérito de ofício, ou seja, sem que o procurador-geral da República, Augusto Aras, se manifestasse previamente sobre a pertinência da investigação.

Depoimento
Antes de ser intimado a depor no caso, Bolsonaro teve 15 dias, depois prorrogados para 60, para ajustar com as autoridades policiais os moldes em que ocorreria a oitiva e informar o Supremo. Como o presidente não indicou local, dia e horário para a realização do interrogatório no prazo de 60 dias — que expirou ontem —, Moraes determinou a intimação dele para depor.

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Alckmin vai

Amigos de Geraldo Alckmin atestam que ele está decidido a ser vice na chapa de Lula. E esses amigos usam inclusive esta imagem: Alckmin só não o será se houver outra explosão de um vulcão submerso.

Lula versus Temer

Líder nas pesquisas, o ex-presidente Lula prepara um documento para atribuir os problemas econômicos que o país enfrentou no final do governo Dilma Rousseff ao processo de impeachment. De quebra, o petista deixa transparecer a raiva que mantém em relação ao ex-presidente Michel Temer. “O golpe dado pelo Temer destruiu o país”, disse Lula, em entrevista à rádio Liberal, do Pará.

Temer versus Lula

Procurado pela coluna, Michel Temer foi direto. “Lamento pelo ex-presidente. Ele deve ter percebido o grande reconhecimento que o meu governo está tendo na sociedade como um todo. Redução da inflação e dos juros, reformas fundamentais que fizemos desmentem sua fala. Tenho muito orgulho da minha presidência”, respondeu.

Pai é quem cria

A conclusão das obras de transposição do São Francisco, com a chegada das águas ao Rio Grande do Norte, promete virar cartão de visitas do governo Bolsonaro. Embora o governo Lula tenha deflagrado o projeto e se prepare para alardear isso na campanha eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro fará o discurso de que houve roubo na gestão petista e consequentemente, falta de recursos.

E todos brincam com o fogo

Chegou aos ouvidos de aliados de Jair Bolsonaro que o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes pretende deixar o presidente da República inelegível. Pelo menos, essa foi a conclusão levada ao Planalto, depois que o ministro desconsiderou o recurso da Advocacia-Geral da União para que Bolsonaro não precisasse depor no caso de vazamento de documentos sigilosos. A forma como todos vão tratar desse tema daqui por diante será fundamental para

definir o clima de largada das eleições. O bolsonarismo não suportará inerte ver o presidente da República inelegível, se tudo seguir por esse caminho. Voltará às ruas. Para completar, a economia também balançará, e muito. Não por acaso, ontem mesmo os bombeiros entre o governo e o Judiciário foram acionados. O momento é de tentar acalmar para evitar que a brasa se espalhe e vire um incêndio de grandes proporções.



CURTIDAS

Sergio LIMA / AFP



Tá explicado/ Ao apresentar seus vencimentos na iniciativa privada, o ex-ministro e ex-juiz Sergio Moro pretende dar aos aliados fôlego para que eles possam dizer com todas as letras que trabalhar não é crime. Roubar é.

Lula resgata Dilma/ O ex-presidente aproveitou a pergunta dos jornalistas da Rádio Liberal, do Pará, sobre Dilma para colocá-la na roda. “Ela não gostava muito de conversar, e tem gente que é assim (...) Espero que esteja viva e forte para participar da campanha”, disse Lula.

Joio & trigo/ Lula já disse a amigos que não pretende resgatar todos que tombaram ao longo da Lava Jato. O ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci — a pedido do ex-presidente, coordenador da campanha de Dilma em 2010 —, é um dos que o petista quer distância regulamentar. Palocci foi o único da cúpula partidária a fazer delação premiada.

Por falar em Lava Jato.../ No dia em que viu o processo do triplex arquivado pela Justiça Federal do DF, Lula respondeu na entrevista sobre o que pensa a respeito da autocrítica que muitos cobram dele e do PT: “O que não pode cobrar é que eu fique reconhecendo as críticas que a oposição possa fazer a mim”.

Acesse nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

GANHAMOS MUITOS PRÊMIOS, MAS ANTES CONQUISTAMOS A CONFIANÇA DO NOSSO LEITOR.

Somos o **veículo de comunicação mais premiado da história na região Centro-Oeste**, e ocupamos a **sexta posição no ranking nacional**, segundo levantamento realizado pelo site Jornalistas & Cia.

Ao todo, são **174 prêmios** que celebram e prestigiam o **Correio Braziliense**, que trabalha diariamente em várias plataformas para entregar a melhor e a mais apurada informação para toda a sociedade.



CORREIO BRAZILIENSE
Jornalismo de verdade

